



ECONOMIA

Senado aprova MP relatada pelo senador Wilder que cria Programa de Parcerias e Investimentos



CERRADO



Goiânia, SEXTA-FEIRA, 9 de setembro de 2016

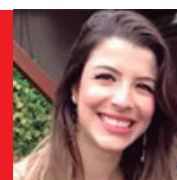
www.wildermorais.com.br
facebook.com/wildermorais
instagram.com/wildermorais
twitter.com/wildermorais

REVISTA BULA

A verdade é que se acostuma com a presença do amor



Revista Bula.com



POR LARA BRENNER

APENAS AMAR NÃO BASTA. É PRECISO CUIDAR PARA FAZER DAR CERTO

Uma infinidade de poetas canalizou seus versos ao que se chama de amor. De grandes escritores a poetinhas de bar, tentou-se colocar em gavetas definidoras o que seria esse enigma das gerações. Limitar o amor a algumas linhas é mero protocolo. Mais que conceituá-lo, é preciso reconhecer sua chegada.

Amor é filho da rotina, é a aquietação que se instala quando a paixão que turva os sentidos vai-se esvanecendo. É dividir a caneca de café, sentir o outro antes de vê-lo, reorganizar a agenda para encaixar um vinho a dois bem no meio da semana, abrir mão da melhor metade do mamão, não ter vergonha de

roncar um pouquinho ao final da gargalhada, completar o pensamento do outro com a palavra que falta... Amor é a paciência de se cobrir novamente quando o outro rouba o lençol à noite, é ver poesia no clichê dos clichês, é o riso de contentamento no canto da boca quando o parceiro esquece – de novo – de colocar a tampa no pote de açúcar.

Dia desses, um casal de idosos revelou o segredo de seu casamento de 63 anos. Nada de firulas, juras eternas ou fogos de artifício. Apenas o regozijo encontrado na trabalhosa rotina de cuidados: “Até hoje, ele penteia meus cabelos, ora junto comigo e, antes de dor-

mir, sempre me diz: ‘amanhã a gente se vê de novo’. Pela manhã ainda pergunta se eu dormi bem”, diz dona Olinda sobre seu Paulino. A cabeça branca dos dois revela a experiência de quem conhece o trabalho árduo de manutenção do amor.

Acima de toda singeleza, no entanto, tal sentimento exige devoção. É preciso que haja curadoria de gestos, reinvenção de velhos hábitos e desenvolvimento de olhos aguçados para cuidar da relação. Amar exige e exige muito. Em sua boemia desacreditada, Bukowski reduziu-o a mera névoa que queima com a primeira luz de realidade e desaparece após um breve instante.

Pudera. É certamente mais confortável rotulá-lo como uma ilusão do que firmar o contrato de fomentá-lo a cada dia.

A verdade é que se acostuma com a presença do amor, mas a falta dele também é capaz de se instalar com dolorida certeza. Ninguém deixa de amar do dia para a noite, mata-se o sentimento aos poucos: na ausência do toque, na supressão de diálogos, nos descasos cotidianos, nas ironias degradantes, nas implicâncias gratuitas ou em tantos outros pequenos abandonos que, enquanto maltratam, vão construindo a certeza do ponto final.

Bons parceiros conversam por palavras, mas, principalmen-

te, por silêncios. Por vezes, o verbo se faz desnecessário e um olhar de cumplicidade comunica bem, mas há momentos em que não falar é a prova do descaso e da preguiça com a parceria. Silêncios comunicam muito e podem ser o prenúncio do abismo, quando tomam o lugar do que deveria ser presença.

Há de se ter cuidado para que a certeza quanto ao sentimento do outro não leve ao descuido. O amor requer elegância e persistência permanentes. É oferecer e desfrutar, cuidar e ser cuidado, tocar e ser tocado. É reciprocidade e, por ser eterno apenas enquanto dura, exige esforço para se fazer durar.

**CERRADO**

Informativo diário do gabinete do senador Wilder

BrasíliaSenado Federal – Ala Sen. Afonso Arinos – Anexo II
Gabinete nº 13 – CEP 70165-900.
Telefone: (61) 3303-2092/Fax (61) 3303-2964**Goiânia**Rua 88, nº 613, Qd. F-36, Setor Sul –
CEP 74-085-115.
Telefone: (62) 3638-0080/(62) 3945-0041**Editor**Thiago Queiroz
Supervisão gráfica
Valdinon de Freitas**Reportagem**Sinésio Dioliveira, Welliton Carlos,
João Carvalho, Wandell Seixas e
Rafaela Feijó**Capa**

Tico-tico-rei e murici

PARCERIAS

Relatada pelo senador Wilder, principal medida econômica de Temer é aprovada

JOÃO CARVALHO

O Senado aprovou nesta quinta-feira, 8, a medida provisória que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), através da Medida Provisória (MP) 727/2016, proposta nos primeiros dias de governo do presidente Michel Temer. A MP foi relatada pelo senador Wilder Moraes (PP), que defendeu a iniciativa com o objetivo de tornar mais ágeis as concessões públicas, sob o argumento de que é preciso eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado.

O PPI lista empreendimentos públicos de infraestrutura a ser executados pelo setor privado. O programa, segundo o governo federal, garante segurança jurídica aos investidores privados, estabelece regras estáveis e fortalece o papel regulador do Estado e a autonomia das agências reguladoras para expandir a oferta de infraestrutura.

“O relatório que apresentei, favorável à criação do PPI, estabeleceu diretrizes que contemplaram contribuições de parlamentares independente de posição partidária, de modo a alcançar o diálogo nessa matéria, que nada tem a ver com o momento político, e sim com o melhor para o desenvolvimento de nosso país”, explicou o senador Wilder.

“Um país não pode almejar ao pleno desenvolvimento de sua economia sem contar com uma infraestrutura minimamente adequada a tais ambições. E o ritmo de investimento



Senador Wilder defende aprovação da MP 727, que cria o programa de parcerias

em infraestrutura nos últimos anos tem sido muito aquém do necessário não apenas para atender às necessidades de uma economia que precisa crescer, como até mesmo para repor a natural depreciação do capital”, defendeu.

A partir da aprovação do PPI, os empreendimentos incluídos no programa deverão ser tratados como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios.

O senador Wilder acatou diversas emendas à MP, entre elas a que permite a introdução de dispositivo para dar assento ao presidente da Caixa Econômica

Federal no Conselho do PPI, já que a Caixa é atualmente o maior agente financeiro do País na área de infraestrutura urbana.

Wilder, ao defender a aprovação da MP, relatou que a economia brasileira vive uma grave crise, com cerca de 12 milhões de pessoas desempregadas e quase 100 mil estabelecimentos comerciais do País com suas portas fechadas em 2015, de acordo com a Confederação Nacional do Comércio.

Ele destacou ainda outras situações que mostram a fragilidade atual da economia do País. Segundo ele, nesses 12 meses em que os estabelecimentos comerciais baixaram as suas portas, o setor de serviços

sofreu queda de cerca de 5%, conforme dados do IBGE.

“Tudo isso – além da queda no PIB, da inflação crescente e do rombo nas contas públicas –, requer medidas urgentes para a recuperação da economia nacional. Precisamos trabalhar com vigor para recuperar a credibilidade do País, o que vai gerar um ambiente favorável para atrair o investimento privado”, defendeu Wilder ao pedir a seus pares a aprovação da MP 727.

“A aprovação dessa MP é um avanço importante para o debate da retomada da economia brasileira. Iniciativas como o PPI ampliam as oportunidades de investimento e emprego por meio do desenvolvimento tec-

nológico e industrial, alinhados com as metas de desenvolvimento social. O Brasil ainda carece de infraestrutura digna em várias regiões. Por isso, incentivar a ampla e justa competição na celebração de parcerias público-privadas é a melhor estratégia de assegurar à população a entrega de serviços públicos eficientes no curto e no longo prazos, assegurando o papel regulamentador do Estado. Isso tem sido notório com as recentes concessões”, disse o senador

A MP aprovada com relatório do senador Wilder também cria o “Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República”, instância de assessoramento imediato do presidente da República no que concerne ao PPI e autoriza o BNDES a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos, bem como estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a “viabilização” dos empreendimentos do PPI possa ocorrer “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

O relatório do senador Wilder Moraes destacou “o grave momento atual” que demanda “urgentes correções de curso” para tirar o país da forte recessão. O texto também reconhece a “incapacidade da União” – assim como de Estados, municípios e do Distrito Federal – “de fazer frente aos investimentos” para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

IDEB

“Goiás continua entre os Estados com a melhor Educação do Brasil e vamos trabalhar muito para melhorar mais”, diz Marconi

O governador Marconi Perillo afirmou nesta quinta-feira, 8, durante o quadro Pergunte, o Governador Responde, que o Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) de 2015 mostra que Goiás está no caminho certo e que a qualidade do ensino vai melhorar ainda mais no Estado nos próximos anos. Os resultados do Ideb 2015, divulgados hoje (8), trazem Goiás no seleto grupo das quatro unidades da federação (de um total de 27) que cumpriram as metas estabelecidas para o Ensino Médio, com nota 3,8, o que garantiu ao Estado a 2ª posição no ranking nacional.

“Agora é trabalharmos duro para que possamos chegar ao próximo Ideb em uma situação melhor ainda. Muito obrigado e

parabéns a todos os envolvidos”, disse Marconi, ao responder as perguntas feitas pelos seguidores de suas redes sociais para o Pergunte, o Governador Responde. “Goiás continua entre os estados com a melhor Educação do Brasil e vamos melhorar ainda mais nosso ensino”, afirmou Marconi ao responder perguntas de internautas.

“Apesar da greve que tivemos, que prejudicou muito o fluxo dos alunos, nós ficamos em primeiro ou segundo lugar. Ficamos em segundo lugar no Ensino Médio, perdendo apenas para São Paulo e Pernambuco”, disse o governador, que atribuiu o resultado à atuação conjunta da equipe da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte, liderada por

Raquel Teixeira, professores, pais e, “principalmente os alunos” da rede.

No Ensino Fundamental 2 (6.ª a 9.ª série), de responsabilidade do Estado, Goiás avançou e foi da 2ª posição (2013) para a 1ª colocação no ranking nacional do Ideb 2015, com nota 4,7 – em empate com Santa Catarina e São Paulo. A rede goiana superou a meta estabelecida para o Fundamental 2, que era de 4,5. No caso do Ensino Médio, Goiás atingiu a meta de nota 3,8 estabelecida pelo MEC.

No último Ideb, de 2013, Goiás conquistou o primeiro lugar no Ensino Médio e a segunda posição no Ensino Fundamental 2. Em 2009, antes do terceiro mandato de Marconi, o Ensino Médio ocupava a 16.ª posição no Ideb.



Marconi: “Agora é trabalharmos duro para que possamos chegar ao próximo Ideb em uma situação melhor ainda”

SENADOR WILDER NA MÍDIA

Jornal do Senado

3

Brasília, sexta-feira, 9 de setembro de 2016

Aprovada reforma administrativa de Temer

Ministérios passam de 39 para 24, com MP editada nos primeiros dias do governo interino e que agora vai à sanção. Oposição aponta enfraquecimento de combate à corrupção

POR 44 VOTOS favoráveis, 6 contrários e 1 abstenção, o Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 20/2016, proveniente da Medida Provisória (MP) 726/2016, que reduziu de 39 para 24 o número de ministérios na nova estrutura do Executivo. A medida, que promove uma reforma administrativa na administração pública direta, foi editada nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer. A proposição será agora encaminhada à sanção presidencial.

A MP recriou o Ministério da Cultura, mas extinguiu os Ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia. Também foi extinto o Ministério das Comunicações, com a incorporação das atribuições ao novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Já a Secretaria de Política para as Mulheres foi restituída ao Ministério da Justiça, que agora também inclui temas de igualdade racial e direitos humanos. A pasta passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania.

A medida determinou que a Previdência Social fosse incorporada ao Ministério da Fazenda. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi transformada no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa, por sua vez, fica com a Secretaria de Governo da Presidência da República, bem como a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude.

Antes do início da ordem do dia, José Pimentel (PT-CE) formulou questão de ordem para tentar impedir a votação do projeto. O senador alegou que a matéria deveria ser devolvida ao Executivo, pois não teria sido encaminhada no prazo regimental ao Senado pela Câmara dos Deputados,



Presidente do Senado, Renan Calheiros (à mesa, 2ª à dir.) preside sessão que aprovou a MP, que perderia a validade se não fosse aprovada ontem

onde foi aprovada em 29 de agosto. A oposição apresentou requerimentos para votação em separado de diversos dispositivos do projeto, todos rejeitados por Romero Jucá (PMDB-RR).

Líder do governo no Congresso, a senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) disse que a nova composição “racionaliza a estrutura dos ministérios e vai atender o anseio de uma gestão pública capaz de corresponder às necessidades e apelos por uma administração mais enxuta e eficiente”.

Pimentel criticou a medida, por extinguir o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que, em sua avaliação, permitiu o desenvolvimento da agricultura familiar no país.

A favor do texto, Benedito de Lira (PP-AL) argumentou que a reforma agrária implantada no Brasil “não tem representado nada”, visto que os produtores não têm estrutura.

O senador alegou que a sociedade exige economia e o enxugamento da máquina pública.

Críticas

Humberto Costa (PT-PE) apontou que a medida faz uma “pseudoreforma, promove acomodações e muda prioridades”. O senador disse que o governo Temer não está preocupado com setores que precisam da atenção especial do Estado e lamentou a perda de status da antiga CGU.

Para Armando Monteiro (PTB-PE), a medida é “esdrúxula”, visto que a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex) sai do Ministério do Comércio Exterior e vai para o Ministério das Relações Exteriores, “o que não guarda consistência com a estrutura e o organograma administrativo”.

Também protestaram contra a me-

dida Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN). Entre as razões apresentadas por esses senadores, estão o que classificaram como a ausência de política de desenvolvimento e soberania do país e o enfraquecimento de órgãos de combate à corrupção e de políticas sociais voltadas a minorias.

Lindbergh Farias (PT-RJ) reclamou que o acordo de líderes que trata da votação de MPs não foi respeitado pelas lideranças partidárias favoráveis à aprovação da matéria. Segundo o senador, é consenso de que MPs só podem ser votadas a partir da segunda sessão após a leitura da medida em Plenário, e não na primeira sessão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, respondeu que o calendário atípico imposto pelas eleições municipais justificou a inclusão da MP antecipadamente na pauta de ontem.

Programa que agiliza concessões públicas passa em Plenário

O Plenário aprovou ontem o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado nos primeiros dias do então governo interino de Michel Temer. A proposta tem o objetivo de agilizar as concessões públicas, eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado. O projeto seguiu para sanção presidencial.

O texto aprovado é um substitutivo do senador Wilder Moraes (PP-GO) à Medida Provisória (MP) 727/2016. Os empreendimentos incluídos no PPI deverão ser tratados como “prioridade nacional” por todos os agentes públicos de execução e controle da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Segundo o governo, o programa garante segurança jurídica aos investidores privados. Além disso, estabelece regras estáveis e amplia a interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização. A MP criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e autorizou o BNDES a

constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos. A MP estabelece como dever dos órgãos governamentais a atuação de forma coordenada para que a viabilização dos empreendimentos do PPI ocorra “de forma uniforme, econômica e em prazo compatível com o caráter prioritário nacional do empreendimento”.

Ao defender o PPI, Wilder destacou que o momento atual demanda “urgentes correções de curso” para tirar o país da forte recessão. A medida também reconhece a “incapacidade da União” — assim como a de estados, municípios e do Distrito Federal — “de fazer frente aos investimentos” para recuperar e aprimorar a infraestrutura nacional.

Oposição

A oposição ao governo Temer fez duras críticas à MP. Fátima Bezerra (PT-RN) tachou a medida como a “privataria tucana à moda Temer”. Para ela, a proposta é muito perigosa, uma vez que permitirá que o governo entregue à iniciativa privada qualquer serviço público, inclusive a educação. — Ainda recentemente saiu uma

matéria na imprensa dizendo que, com a aprovação dessa medida provisória, o governo pode privatizar a saúde, os presídios, a creche, a educação, ou seja, ele vai na direção de transformar direitos fundamentais em mercadorias, e isso é um crime.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) explicou que o projeto não trata de privatização de serviços públicos essenciais, como educação, saúde e segurança. O senador disse que as parcerias serão na infraestrutura.

— Trata-se de parceria público-privada em infraestrutura. O Estado não tem recursos para bancar sozinho aqueles investimentos que precisamos para desenvolver o país, em ferrovias, rodovias, aeroportos.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a Casa tem procurado fazer a sua parte na viabilização de mais recursos para infraestrutura.

— Criamos uma comissão para levantar no país inteiro as obras inacabadas. Vamos criar critérios para que possamos retomar essas obras, gerando emprego e renda e apontando no rumo do investimento em infraestrutura.

Promulgada emenda sobre Desvinculação de Receitas da União

O Congresso promulgou ontem a Emenda Constitucional 93/2016, que prorroga até 2023 a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e estabelece a Desvinculação de Receitas dos Estados, Distrito Federal e municípios (Drem).

A emenda permite que a União use livremente parte da arrecadação, ampliando essa fatia de 20% para 30% dos impostos e das contribuições sociais. No caso da Drem, prevê a utilização livre de 30% das receitas de impostos, taxas e multas, mas deixa de fora receitas destinadas às áreas da saúde e da educação.

Retroativa a 1º de janeiro, a medida libera para uso do Executivo, em 2016, R\$ 110,9 bilhões de contribuições sociais, R\$ 4,6 bilhões da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e R\$ 2,2 bilhões de taxas.

Alô Senado 0800 612211

www.senado.leg.br/jornal

ESTADÃO ECONOMIA & NEGÓCIOS

Economia & Negócios

Últimas Broadcast Fatos Relevantes Ferramentas Governança Indicadores Negócios Seu Imóvel Sua Carreira Suas Contas Colunas Blogs

Senado aprova MP que cria programa de concessões de Temer

Matéria agora vai para a sanção presidencial; texto também cria o cargo de Moreira Franco, secretário do programa e braço direito de Temer

O plenário do Senado aprovou na noite dessa quinta-feira, 8, a medida provisória 727, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que expande o programa de concessões públicas para áreas de infraestrutura e permite outras medidas de desestatização. Após votação expressiva para o governo, com 44 a 5 votos, a matéria vai à sanção.

O projeto é a segunda medida provisória enviada pelo governo Michel Temer, sendo a primeira a reforma ministerial. De acordo com o texto, será criado um Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, além do cargo de secretário-executivo do PPI, que é ocupado por Moreira Franco, braço direito de Temer. A proposta autoriza ainda o BNDES a constituir e participar do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos (Faep), criado para patrocinar a proposta.

Foto: André Duarte/Estadão

Moreira Franco é o secretário-executivo do PPI

O GLOBO

20 ANOS

ECONOMIA

NO [Acesso ilimitado PACOTE DIGITAL DO GLOBO]

Congresso aprova criação do Programa de Parcerias de Investimentos

PPI será o principal instrumento para promover concessões e privatizações

POI DANILLO FARELLO

08/09/2016 22:08 | atualizado 09/09/2016 22:05

BRASÍLIA - O Congresso Nacional aprovou na noite desta quinta-feira a Medida Provisória 727, criando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que será o principal instrumento para o governo promover concessões e privatizações na área de infraestrutura. O texto foi aprovado no Senado às 21h30 do último dia possível, antes de perder validade.

Pelo projeto, que foi proposto no primeiro dia de interinidade do presidente Michel Temer e relatado pelo senador Wilder Moraes (PP-GO), foi criado esse programa para dar mais garantia jurídica a investidores privados para a expandirem a infraestrutura do país por meio de parcerias.

O conselho do PPI será formado por ministros e pelo BNDES, sendo presidido pelo próprio Temer. O conselho vai classificar determinadas obras como “prioridade nacional”, para terem um rito diferenciado, inclusive com prazos para licenciamento ambiental mais ágeis.

Com a criação do PPI, o governo pretende realizar já na próxima semana, no dia 13, a primeira reunião do Programa. Nessa data, um conjunto de empreendimentos que serão inicialmente oferecidos à iniciativa privada, entre os quais rodovias e aeroportos.

O secretário-executivo do PPI é o atual presidente da Fundação Ulysses Guimarães, ligado ao PMDB, Moreira Franco. A secretaria funcionará, com um quadro enxuto, nas dependências do anexo do Palácio do Planalto, onde antes estava a vice-presidência.

Veja também

Ambientalistas criticam criação de programa de investimentos

Na China, governo brasileiro apresenta 'mapa de oportunidades' de US\$ 250 bi

Governo incluirá em editais de licitação regras contra cartéis

JORNAL OPÇÃO

40 Anos

busque aqui...

Início Edição da semana Opção Diário Editorial Colunas Bastidores Entrevistas Cultura

/ Últimas notícias

Medida econômica

Relator da matéria, senador Wilder Moraes comemora aprovação da PPI

09/09/2016 09h01 Por Larissa Quixabeira Edição 2148

Medida Provisória que cria programa de incentivo de parcerias público-privada segue para sanção presidencial

Wilder Moraes acredita que medida é essencial para ajudar o País a superar a crise econômica | Foto: Moreira Mariz/Agência Senado

BATE-PAPO E-MAIL BUSCA

UOL 20 ANOS

UOL HOST PAGSEGURO CURSOS

QUINTA, 8 DE SETEMBRO DE 2016

Senado aprova programa que agiliza concessões públicas

Programa de Parcerias de Investimentos foi criado nos primeiros dias do então governo interino de Michel Temer. Enviado à sanção presidencial, projeto pretende eliminar entraves burocráticos e excesso de interferências do Estado

POR AGÊNCIA SENADO | 08/09/2016 22:10

CATEGORIA(S): CRISE ECONÔMICA, GESTÃO PÚBLICA, NOTÍCIAS, OUTROS DESTAQUES

+1 0 Curtir 1 Tweetar COMPARTILHAR IMPRIMIR

O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira (8) o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado nos primeiros dias do então governo

#O julgamento de Cunha

MAIS COMENTADAS